

15 de outubro
Dia do Professor
e 9º aniversário da APUR



ALMOÇO COMEMORATIVO
(MANIÇOBA)

ATIVIDADE POLÍTICO/CULTURAL
NA FESTA LITERÁRIA INTERNACIONAL
DE CACHOEIRA (FLICA)

LOCAL: Jeilza Drink's Restaurante -
Rua Paulo Filho, nº 18, Centro
Cachoeira/BA



Colegas,
 Sábado, 15 de outubro, é o dia do professor, é o nosso dia!

Como trabalhadores e trabalhadoras da educação, temos muito a pesar com os rumos que o país está tomando: PEC 241, PLP 257/2016 (PLC 54/2016), Escola sem Partido, recrudescimento do conservadorismo, da intolerância ao diverso...

Mas, como todo trabalhador, precisamos ter os momentos de descontração, para renovação das energias e fortalecimento dos vínculos, que serão necessários ao processo de enfrentamento.

Assim, dia 15 de outubro esperamos encontrar você nas ruas de Cachoeira, alimentando a alma nas discussões literárias da Flica (<http://flica.com.br/>), e ao meio dia, no Jeilza Drink's Restaurante - Rua Paulo Filho, nº 18, Centro - Cachoeira, para saborear uma autêntica maniçoba, com direito a bolo aniversário, em comemoração ao dia do professor e pelos oito anos da APUR. Dois importantes motivos para festejarmos o fazer docente na UFRB.

Até lá!

Saudações Sindicais,

Diretoria da APUR

FÓRUM TRIPARTITE DO CAHL DISCUTE A GREVE GERAL

Dando continuidade às mobilizações para a construção da Greve Geral, ocorreu, nessa quinta-feira (13), uma Reunião do Fórum Tripartite do Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL).



MOBILIZAR PARA DERRUBAR A PEC 241 E OS ATAQUES DOS GOLPISTAS CONTRA NOSSOS DIREITOS

Construir a Greve Geral!

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241, que congela os gastos da união pelos próximos 20 anos, foi aprovada na noite da segunda-feira (10). Mesmo com as duras críticas de diversos setores, pois provocará um abalo no financiamento de áreas primordiais como saúde e educação públicas, a PEC 241 foi desde o início prioridade da gestão golpista de Michel Temer (PMDB).

A PEC 214 é reconhecidamente inconstitucional como podemos constatar pela nota emitida pela secretaria de Relações Institucionais da Procuradoria Geral da União (PGR):

“As alterações por ela [PEC] pretendidas são flagrantemente inconstitucionais, por ofenderem a independência e a autonomia dos poderes Legislativo e Judiciário e por ofenderem a autonomia do Ministério Público e demais instituições constitucionais do Sistema de Justiça.”

Para a aprovação do texto eram necessários 308 votos, mas superou este número, chegando a 366 votos a favor, contra 111 e duas abstenções. Para aprovação definitiva,

a PEC 241 passará ainda por mais um turno na câmara de deputados e dois turnos no senado.

A PEC 241 tem como finalidade limitar os gastos com saúde, educação, assistência social e previdência pelas próximas duas décadas. A proposta estabelece o Novo Regime Fiscal, que indica que esses gastos não poderão crescer acima da inflação que foi acumulada no ano anterior. A PEC institucionaliza um ajuste fiscal permanente, e atacará os direitos sociais do Povo.

As instituições do regime estão dominadas pela pauta conversadora, que está na ofensiva, aprovação da PEC 241 pode contribuir para que outros projetos do governo Temer sejam emplacados (as polêmicas reformas trabalhistas e previdenciárias, por exemplo).

É preciso despertar o movimento popular e sindical para inverter essa relação de forças.

Mais do que nunca, agora é a hora de organizarmos a Greve Geral como forma de resistência aos desmandos desse governo que tem mostrado ser contra o povo.

“Não à PEC 241”

APUR

CÂMARA APROVA PEC 241 EM PRIMEIRO TURNO E MOVIMENTOS INTENSIFICAM RESISTÊNCIA



Por 366 votos a 111, os deputados federais aprovaram na noite de segunda-feira (10), em primeiro turno, a Proposta de Emenda à Constituição 241/2016, que limita, por 20 anos, as despesas primárias da União aos recursos do ano anterior corrigidos apenas pela inflação do período, para aumentar o superávit primário e destinar recursos ao pagamento de juros e amortização da dívida pública.

Nessa terça-feira (11), representantes da Comissão Nacional de Mobilização (CNM), da diretoria nacional e das seções sindicais do ANDES-SN estiveram novamente no Congresso Nacional para participar de uma audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos no Senado e de reunião da Frente Parlamentar Mista em defesa da Auditoria da Dívida Pública, que debateram a PEC 241/2016. Assim como na segunda, os docentes, em conjunto com representantes de entidades sindicais de diversas categorias e de movimentos sociais, distribuíram panfletos aos parlamentares, que explicam os riscos da proposta e cobraram posicionamento contrário à PEC.

Francisco Santiago, integrante da CNM e presidente do Sindicato dos Professores da Universidade Federal do Amapá (Sindufap – Seção Sindical do ANDES-SN), disse que os docentes irão continuar mobilizados na capital federal e nos estados, em conjunto com os demais servidores públicos federais, estaduais e municipais e com as categorias do setor privado para barrar nas ruas a PEC 241/2016.

“Infelizmente, o resultado da noite de ontem (10) expressou que a maioria do parlamento está, nesse momento, com o presidente Michel Temer e contra a população. Mas a PEC foi aprovada apenas em primeiro turno, então nós vamos intensificar a mobilização e colocar os professores, o conjunto dos servidores públicos, e dos demais trabalhadores, na rua para barrar a PEC 241. É esse o caminho. Temos condições de barrar essa PEC com o povo na rua”, ressaltou.

De acordo com Santiago, é importante denunciar que o argumento que o governo federal vem utilizando para convencer os parlamentares e a população da necessidade de aprovação da PEC 241 é uma ‘propaganda enganosa’. “Eles dizem que a proposta é para conter gastos, quando sabemos que a PEC significa a transferência de recursos, que iriam para a saúde e educação, aos empresários e banqueiros. Jogam a conta do ajuste nas costas do trabalhador, retirando direitos sociais que estão garantidos na Constituição de 1988, mas não adotam uma única medida para onerar aqueles que mais lucram nesse país. Essa PEC é o Robin Hood às avessas, ou seja, tira dinheiro do povo pobre e trabalhador para dar, generosamente, aos ricos”, argumentou.

O integrante da CNM do ANDES-SN disse ainda que na reunião da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Auditoria da Dívida foi discutida a necessidade de se analisar os projetos do “ajuste fiscal” de forma conjunta, pois vários deles, como o PLP 181/2015, o PL 3337/2015 e PLS 204/2016, se relacionam com a PEC que congela os gastos da União. “Para compreendermos a conjuntura de retirada de direitos que vivemos hoje é preciso que a gente compreenda esses projetos de forma articulada”, explicou.

Mobilização

Diversas categorias de trabalhadores, movimentos sociais e estudantes estão ampliando a mobilização na perspectiva de construção da greve geral, para barrar a PEC 241 e demais ataques impostos pelo governo federal.

Nessa segunda, um grupo de estudantes ocupou o prédio da Presidência da República em São Paulo para protestar contra a proposta. Na Universidade Federal do Vale do São

Francisco (Univasf), os estudantes também ocupam a reitoria contra a PEC 241. Centenas de ocupações estudantis em escolas de todo o Brasil contra a reforma do Ensino Médio também incluíram a luta contra a PEC 241 em suas pautas.

Tramitação da PEC 241

De acordo com o regimento da Câmara, seria necessário o interstício de duas sessões entre a deliberação na Comissão Mista e no Plenário, mas os parlamentares votaram no início da sessão suspender esse prazo, para dar sequência à votação da proposta no mesmo dia. A PEC 241/2016 altera o regime fiscal, propondo o congelamento dos recursos destinados às áreas sociais, infraestrutura e despesa com pessoal por duas décadas.

Para que a proposta seja aprovada, ainda deve passar por segunda

votação na Câmara dos Deputados, anunciada pelo presidente da Casa, deputado Rodrigo Maia (PMDB/RJ), para dia 24 de outubro. Se aprovada em segundo turno pelos deputados, a PEC segue para o Senado, onde é analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e depois pelo Plenário, onde precisa ser votada novamente em dois turnos.

Se o Senado aprovar o texto como o recebeu da Câmara, a emenda é promulgada pelas Mesas da Câmara e do Senado. Se o texto for alterado, volta para a Câmara, para ser votado novamente. A proposta vai de uma Casa para outra (o chamado pingue-pongue) até que o mesmo texto seja aprovado pelas duas Casas.

ENQUANTO ISSO NO
AÇOUQUE DOS DIREITOS...



O que é a Greve Geral?

A classe trabalhadora, por diversas razões, esteve mobilizada de maneira muito fragmentada nos últimos anos e há muito tempo não se faz uma greve geral no Brasil. Muitas trabalhadoras e trabalhadores, que realizaram várias greves na luta pela conquista e manutenção de direitos nos últimos anos, nunca participaram de uma greve geral, e isso tem gerado diferentes compreensões: afinal, greve geral é apenas a soma de várias greves setoriais? Quanto tempo dura uma greve geral?

É muito importante compreender que uma greve, como qualquer luta social, não tem um padrão pré-definido, pois deverá dar resposta às particularidades da conjuntura que ela enfrenta. Quem define quando, como e por quanto tempo será a greve são as categorias em luta.

A GREVE GERAL não é a soma de várias greves e nem a greve de apenas uma categoria, mas sim a concretização da luta coletiva de todas as categorias organizadas de diversas áreas e setores (público e privado), em articulação com movimentos sociais, populares e movimento estudantil. No lugar de várias mobilizações separadas, devemos realizar uma única mobilização concentrada. Assim, o ANDES-SN, que é organizado por sua base, não tem indicado em suas instâncias deliberativas a construção de uma greve isolada da educação. Avaliamos que o momento é de construção de um movimento unitário, que resulte na Greve Geral .



ANDES
SINDICATO NACIONAL
CSP - CONLUTAS

POR QUE FAZER UMA GREVE GERAL?

Os ataques aos direitos sociais estão cada vez mais rápidos e intensos. O empresariado tem conduzido as ações do governo ilegítimo na direção da privatização dos serviços públicos, retirada de direitos e de conquistas sociais como educação e saúde públicas e previdência social.

O “novo ajuste fiscal” imposto pelo PLC 54/16 (ex PLP 257/16) e a PEC 241/16, representa a retirada de investimentos públicos, notadamente em educação e saúde, além da legalização de um esquema fraudulento de geração da dívida pública, imposta pelo PLS 204/16. Todas as contrarreformas em curso seguem o rumo da privatização de direitos que serão ofertados pelo setor privado na forma de “prestação de serviços”, restringindo o acesso da maioria da população. Além disso, a exploração do pré-sal foi flexibilizada, transferindo estes valiosos recursos, que poderiam ser utilizados para financiamento de políticas públicas, para a mão do capital estrangeiro. No setor da educação, a contrarreforma do ensino médio (MP 746/16) ataca diretamente a qualidade da formação das/os estudantes e o trabalho das/os professoras e professores. Ainda, o pacote de projetos da Lei da Mordaza ameaça a liberdade de expressão pedagógica.

Para lutar contra estes ataques e em defesa dos direitos trabalhistas e sociais, a GREVE GERAL é uma estratégia de resistência para demonstrar nossa indignação.

COMO O ANDES-SN ESTÁ CONTRIBUINDO PARA A CONSTRUÇÃO DA GREVE GERAL?

O ANDES-SN está se mobilizando para a construção de uma greve geral para barrar os retrocessos em curso e os ataques aos direitos sociais. Em conjunto com a CSP-Conlutas, e outras Centrais Sindicais, e com diferentes entidades em vários fóruns, dentre eles, o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (FONASEFE), temos contribuído para a construção da unidade da classe trabalhadora. No âmbito da educação, ampliamos o diálogo com técnicos-administrativos e estudantes para fortalecer a organização da greve geral junto com as/os trabalhadoras e trabalhadores da educação, um dos setores mais atacados pelas contrarreformas em curso.

Com o objetivo de intensificar o diálogo com diferentes categorias, indicamos o fortalecimento e/ou construção de Comissões de Mobilização nas Instituições de Ensino, Fóruns estaduais em defesa da educação pública, Fóruns estaduais dos servidores públicos, Frentes estaduais Escola sem Mordaza, além do fortalecimento da Coordenação Nacional das Entidades em defesa da Educação Pública.

A greve geral só vai acontecer se for construída com a participação das Centrais Sindicais, do Fonasefe e todas as entidades de base. Por isto, necessitamos nos empenhar no fortalecimento e mobilização da nossa categoria nos estados.

DE QUE FORMA PODEMOS CONSTRUIR A GREVE GERAL?

- ✚ Participar das Assembleias da categoria;
- ✚ Reforçar, construir e organizar comitês locais de mobilização para a greve geral com as demais categorias (estudantes, técnico- administrativos, trabalhadoras e trabalhadores terceirizados);
- ✚ Reforçar, construir e organizar comitês estaduais que reúnam os demais servidores públicos em cada estado;
- ✚ Participar dos atos chamados pelas seções sindicais e centrais sindicais, contribuindo para sua organização;
- ✚ Participar das frentes estaduais contra o projeto da Escola com Mordaza e levando o debate da greve geral também para estes espaços.

ATENÇÃO PARA A AGENDA DE ATIVIDADES NACIONAIS:

25 de outubro – Dia nacional de luta dos/as servidores/as públicos (com mobilização e paralisação) com articulação de todo o setor da Educação (público e privado) com o eixo “Educação na rua contra a retirada de direitos, a Lei da mordaza e a reforma do ensino médio”.

09 de novembro – indicativo de greve geral (a depender da construção com as centrais sindicais e Fonasefe).



www.andes.org.br



andessn



grevegeral

PEC 241: 10 RAZÕES PARA VOCÊ ENTENDER PORQUE É UM DESASTRE

Professora de economia destaca motivos pelos quais todo brasileiro deve lutar contra a proposta defendida por Temer

Escrito por: CUT Nacional



Professora do Departamento de Economia da FEA-USP e doutora pela New School for Social Research (NYC) Laura Carvalho critica a PEC 241 (Proposta de Emenda à Constituição) desde quando surgiu como proposta do ex-ministro Nelson Barbosa.

À época, a proposta era menos nociva, não tinha validade de 20 anos, não alterava a Constituição e tinha como referência para o ajuste o crescimento do PIB. Na gestão do governo ilegítimo de Michel Temer (PMDB), o que era ruim, ficou pior.

Laura lista 10 questões que a PEC não resolve, justamente aquelas que a proposta promete solucionar, e ressalta que a degradação dos sistemas de saúde e educação será inevitável caso seja aprovada.

1. A PEC serve para estabilizar a dívida pública?

Não. A crise fiscal brasileira é, sobretudo, uma crise de arrecadação. As despesas primárias, que estão sujeitas ao teto, cresceram menos no governo Dilma do que nos dois governos Lula e no segundo mandato de FHC. O problema é que as receitas também cresceram muito menos -- 2,2% no primeiro mandato de Dilma, 6,5% no segundo mandato de FHC, já descontada a inflação. No ano passado, as despesas caíram mais de 2% em termos reais, mas a arrecadação caiu 6%. Esse ano, a previsão é que as despesas subam 2% e a arrecadação caia mais 4,8%.

A falta de receitas é explicada pela própria crise econômica e as desonerações fiscais sem contrapartida concedidas pelo governo e ampliadas pelo Congresso. Um teto que congele as despesas por 20 anos nega essa origem, pois não garante receitas, e serve para afastar alternativas que estavam na mesa no ano passado, como o fim da isenção de 1995 sobre tributação de dividendos, o fim das desonerações e o combate à sonegação. A PEC garante apenas que a discussão seja somente sobre as despesas.

A PEC também desvia o foco do debate sobre a origem da nossa alta taxa de juros -- que explica uma parte muito maior do crescimento da dívida, já que refere-se apenas às despesas primárias federais. Uma elevação da taxa de juros pelo Banco Central tem efeito direto sobre o pagamento de juros sobre os títulos indexados à própria taxa SELIC, por exemplo -- uma jabuticaba brasileira.

A PEC é frouxa no curto prazo, pois reajusta o valor das despesas pela inflação do ano anterior. Com a inflação em queda, pode haver crescimento real das despesas por alguns anos (não é o governo Temer que terá de fazer o ajuste). No longo prazo, quando a arrecadação e o PIB voltarem a crescer, a PEC passa a ser rígida demais e desnecessária para controlar a dívida.

2. A PEC é necessária no combate à inflação?

Também não. De acordo com o Banco Central, mais de 40% da inflação do ano passado foi causada pelo reajuste brusco dos preços administrados que estavam represados (combustíveis, energia elétrica...). Hoje, a inflação já está em queda e converge para a meta. Ainda mais com o desemprego aumentando e a indústria com cada vez mais capacidade ociosa, como apontam as atas do BC.

3. A PEC garante a retomada da confiança e do crescimento?

O que estamos vendo é que o corte de despesas de 2015 não gerou uma retomada. As empresas estão endividadas, têm capacidade ociosa crescente e não conseguem vender nem o que são capazes de produzir. Os indicadores de confiança da indústria, que aumentaram após o impeachment, não se converteram em melhora real. Os últimos dados de produção industrial apontam queda em mais de 20 setores. A massa de desempregados não contribui em nada para uma retomada do consumo. Que empresa irá investir nesse cenário?

Uma PEC que levará a uma estagnação ou queda dos investimentos públicos em infraestrutura física e social durante 20 anos em nada contribui para reverter esse quadro, podendo até agravá-lo.

4. A PEC garante maior eficiência na gestão do dinheiro público?

Para melhorar a eficiência é necessário vontade e capacidade. Não se define isso por uma lei que limite os gastos. A PEC apenas perpetua os conflitos atuais sobre um total de despesas já reduzido. Tais conflitos costumam ser vencidos pelos que têm maior poder econômico e político. Alguns setores podem conquistar reajustes acima da inflação, e outros pagarão o preço.

5. A PEC preserva gastos com saúde e educação?

Não, estas áreas tinham um mínimo de despesas dado como um percentual da arrecadação de impostos. Quando a arrecadação crescia, o mínimo crescia. Esse mínimo passa a ser reajustado apenas pela inflação do ano anterior. Claro que como o teto é para o total de despesas de cada Poder, o governo poderia potencialmente gastar acima do mínimo. No entanto, os benefícios previdenciários, por exemplo, continuarão crescendo acima da inflação por muitos anos, mesmo se aprovarem outra reforma da Previdência (mudanças demoram a ter impacto). Isso significa que o conjunto das outras despesas ficará cada vez mais comprimido.

O governo não terá espaço para gastar mais que o mínimo em saúde e educação (como faz hoje, aliás). Gastos congelados significam queda vertiginosa das despesas federais com educação por aluno e saúde por idoso, por exemplo, pois a população cresce.

Outras despesas importantes para o desenvolvimento, que sequer têm mínimo definido, podem cair em termos reais: cultura, ciência e tecnologia, assistência social, investimentos em infraestrutura, etc. Mesmo se o país crescer...

6. Essa regra obteve sucesso em outros países?

Nenhum país aplica uma regra assim, não por 20 anos. Alguns países têm regra para crescimento de despesas. Em geral, são estipuladas para alguns anos e a partir do crescimento do PIB, e combinadas a outros indicadores. Além disso, nenhum país tem uma regra para gastos em sua Constituição.

7. Essa regra aumenta a transparência?

Um Staff Note do FMI de 2012 mostra que países com regras fiscais muito rígidas tendem a sofrer com manobras fiscais de seus governantes. Gastos realizados por fora da regra pelo uso de contabilidade criativa podem acabar ocorrendo com mais frequência.

O país já tem instrumentos de fiscalização, controle e planejamento do orçamento, além de metas fiscais anuais. Não basta baixar uma lei sobre teto de despesas, é preciso que haja o desejo por parte dos governos de fortalecer esses mecanismos e o realismo/transparência da política fiscal.

8. A regra protege os mais pobres?

Não mesmo! Não só comprime despesas essenciais e diminui a provisão de serviços públicos, como inclui sanções em caso de descumprimento que seriam pagas por todos os assalariados. Se o governo gastar mais que o teto, fica impedido de elevar suas despesas obrigatórias além da inflação. Como boa parte das despesas obrigatórias é indexada ao salário mínimo, a regra atropelaria a lei de reajuste do salário mínimo impedindo sua valorização real -- mesmo se a economia estiver crescendo.

O sistema político tende a privilegiar os que mais têm poder. Reajusta salários de magistrados no meio da recessão, mas corta programas sociais e investimentos. Se nem quando a economia crescer, há algum alívio nessa disputa (pois o bolo continua igual), é difícil imaginar que os mais vulneráveis fiquem com a fatia maior.

9. A PEC retira o orçamento da mão de políticos corruptos?

Não. Apesar de limitar o tamanho, são eles que vão definir as prioridades no orçamento. O Congresso pode continuar realizando emendas parlamentares clientelistas. No entanto, o Ministério da Fazenda e do Planejamento perdem a capacidade de determinar quando é possível ampliar investimentos e gastos como forma de combate à crise, por exemplo. Imagina se a PEC 241 valesse durante a crise de 2008 e 2009?

10. É a única alternativa?

Não. Há muitas outras, que passam pela elevação de impostos sobre os que hoje quase não pagam (os mais ricos têm mais de 60% de seus rendimentos isentos de tributação segundo dados da Receita Federal), o fim das desonerações fiscais que até hoje vigoram e a garantia de espaço para investimentos públicos em infraestrutura para dinamizar uma retomada do crescimento. Com o crescimento maior, a arrecadação volta a subir.

CRESCER A OCUPAÇÃO DE ESCOLAS CONTRA A MP DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO

ANDES-SN



Desde a semana passada, cresce a ocupação de escolas por todo o país em protesto contra medida provisória de contrarreforma do ensino médio (MP 746/2016). Estudantes secundaristas ocupam escolas, institutos federais e universidades em Brasília, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Rio Grande do Sul, São Paulo e Paraná, onde o movimento conseguiu ampliar a mobilização e já conta com maior número de ocupações. Até o momento, de acordo com o movimento Ocupa Paraná, 178 escolas e dois campi da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) permanecem ocupados. As seções sindicais do ANDES-SN no Paraná estão acompanhando a mobilização dos estudantes e vêm manifestando apoio às ocupações.

A MP 746/16, na prática, instaura a contrarreforma do Ensino Médio e compromete todo o sistema educacional brasileiro. Entre as mudanças estão: a não obrigatoriedade do ensino de algumas disciplinas; uma carga horária mínima anual do ensino médio, que deverá ser progressivamente ampliada para 1.400 horas; deixar a cargo do estudante a escolha das disciplinas a cursar; e, ainda, que profissionais sem licenciatura ou formação específica sejam contratados para ministrar aulas. Em resposta a posição antidemocrática do governo, dezenas de protestos, paralisações, aulas públicas e ocupações vem sendo realizadas desde o anúncio da medida, em 23 de setembro.

Disponível em: <http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=8409>

Paraná

Na semana passada, o Ministério Público do Paraná emitiu nota com orientação em relação às ocupações, destacando que “o direito à livre manifestação de pensamento, de associação e mesmo o protesto pacífico diante de posturas tidas como arbitrárias por parte das autoridades constituídas é inerente a todo cidadão”. Nessa segunda (10), a secretaria de Educação do Paraná emitiu pedidos de reintegração de posse das escolas, e três deles já foram negados pela justiça, como no caso dos colégios localizados em Campos Gerais, em que a juíza Heloísa da Silva Krol Milak, da 2ª Vara da Fazenda Pública, afirmou que não houve perda de posse já que os manifestantes permitem a entrada de estudantes e da comunidade nas ocupações. Em nota, a Secretaria de Educação Paranaense informou que a Procuradoria Geral do estado já entrou com recurso e aguarda decisão.

PEC 241

Embora a mobilização inicial dos estudantes fosse contra a reforma do ensino médio, vários movimentos agregaram à pauta a luta contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241/2016, que prevê congelamento de gastos públicos com educação e saúde por vinte anos. Na Universidade Federal do Vale do São Francisco, por exemplo, estudantes ocupam a reitoria da instituição em protesto contra da PEC 241/2016.



A Necessidade do Sindicato

Mas quem é o sindicato?

Ele fica sentado em sua casa com o telefone?

Seus pensamentos são secretos, suas decisões desconhecidas?

Quem é ele?

Você, eu, vocês, nós todos.

Ele veste a sua roupa, companheiro, e pensa com a sua cabeça.

Onde more é a casa dele, e quando você é atacado, ele luta.

Mostre-nos o caminho que devemos seguir e, nós seguiremos com você.

Mas não siga sem nós o caminho correto.

Ele é sem nós o mais errado.

Não se afaste de nós.

Podemos errar e você ter razão, portanto não se afaste de nós!

Que o caminho curto é melhor do que o longo, ninguém nega.

Mas quando alguém o conhece e não é capaz de mostrá-lo a nós,
de que serve a sua sabedoria?

Seja sábio conosco!

Não se afaste de nós!

Bertold Brecht

CALENDÁRIO DE MOBILIZAÇÃO **CONTRA A PEC 241** E A RETIRADA DOS DIREITOS

25 /10: Dia nacional de luta dos/as servidores/as públicos.

Reunioões sindicais nos centros
Atividades conjuntas com Assufba e entidades estudantis.

01/11: Assembleia Geral da APUR
para deliberar sobre indicativo de Greve.

11/11: Greve Geral
(a depender da construção nacional)

